

APRESENTAÇÃO

Após o volume 65, último no qual foi feito um resumo retrospectivo das mudanças ocorridas na Procuradoria Geral do Estado, foi lançado o volume contendo o índice-geral da Revista e publicado o volume especial em homenagem ao nosso colega e amigo querido Marcos Juruena Villela Souto.

No ano de 2011, o fato mais importante foi a instalação da Procuradoria na nova sede, na Rua do Carmo, nº 27, no Centro do Rio de Janeiro. Assim, achei por bem fazer publicar neste volume os agradecimentos que foram formulados no dia da solenidade de inauguração.

O único reparo a fazer é que a antiga sede, que na época da inauguração estava destinada à Secretaria de Educação, foi, meses depois, cedida à Escola da Magistratura, mantendo assim a vocação do prédio, que já havia sediado parte do Tribunal de Justiça, que é a de servir aos estudiosos do Direito.

A Casa continua passando por grandes mudanças, tendo em vista as alterações que vem sofrendo a luta do Estado em Juízo. A chegada da advocacia de massa para o Estado é um fato indiscutível. Já havia sido criada, há algum tempo, a Procuradoria Previdenciária e nesse ano foi necessária a criação da Procuradoria de Serviços de Saúde.

Por conta de todas essas mudanças, com o efetivo funcionamento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o grande projeto para os próximos meses será a alteração de todo o sistema de controle processual, da dívida ativa e de pareceres. A Procuradoria será dotada de um sistema informatizado que facilitará, enormemente, o trabalho. Dentro desse quadro, a modernização da gestão da Procuradoria também é um fato: sabemos todos que, cada vez mais, o resultado do trabalho depende de uma tecnologia de informação adequada.

* * *

Na nova sede, as atividades do Centro de Estudos Jurídicos passaram a contar com espaço excelente, inteiramente apropriado para o atendimento das necessidades da Escola Superior de Advocacia Pública, incluindo um belo auditório para 255 pessoas, mais um confortável auditório de 54 lugares e duas salas de aula.

Ressalto, entre os inúmeros eventos realizados, a conferência magna do Procurador Diogo de Figueiredo Moreira Neto, mestre de todos nós, sobre

“Democracia e contra-poderes”, com a qual foi inaugurado o auditório.

O CEJUR organizou seminário sobre os “Dez Anos do Estatuto da Cidade”, no qual foi homenageado o Procurador Ricardo-Cesar Pereira Lira, pioneiro na matéria, e no qual tivemos a honra de ouvir as palestras dos Desembargadores Marco Aurelio Bezerra de Melo e Marcos Alcino de Azevedo Torres.

Por iniciativa do Procurador Luiz Eduardo Lessa, realizamos um expressivo Congresso de Direito Minerário, em que dedicamos dois dias ao estudo dessa área, trazendo para discutir conosco os maiores especialistas brasileiros, ao tempo em que se projeta a alteração do marco regulatório da mineração.

Sediamos a VII Conferência de Arbitragem Internacional do Rio de Janeiro e o IV Congresso Estadual de Direito Administrativo do Rio de Janeiro, eventos de grande público e projeção.

Promovemos ainda um seminário sobre “Dez Anos de Cotas nas Universidades Estaduais”, marcando uma década de implantação e desenvolvimento da política pública de ação afirmativa no Estado do Rio de Janeiro, que foi defendida vitoriosamente em juízo, desde o primeiro momento, pela Procuradoria.

Com a participação de professores estrangeiros, oferecemos o “Colóquio de História do Direito e Integração Européia”, no qual foram palestrantes os professores Nuno Piçarra (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) e Carlos Petit (Universidade de Huelva, Espanha). Fizemos o “Seminário Internacional de Teoria e Filosofia do Direito”, que contou com as palestras dos professores Jordi Ferrer Beltrán e Marcelo Porciúncula (Universidade de Girona, Espanha), Pierluigi Chiassoni (Universidade de Gênova, Itália) e Noel Struchiner (PUC-Rio).

Enfocando tema sensível para o Rio de Janeiro, estudamos o “Regime Diferenciado de Contratações” instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, com as palestras dos Procuradores do Estado Flávio Amaral Garcia e Fernando Barbalho Martins e do Procurador do Município Rafael Carvalho Rezende Oliveira.

Visando à uniformização da atuação do Estado em juízo, os Procuradores Luiz Eduardo Lessa e Rodrigo Mascarenhas e o engenheiro José Schipper falaram aos colegas em exercício nas Procuradorias Regionais sobre “Desapropriação”.

O Procurador Letácio Jansen, maior estudioso brasileiro do tema, expôs a sua teoria sobre “A Norma Monetária”, em evento especial para os alunos do Programa de Residência Jurídica.

Em homenagem ao Procurador Antonio Carlos Cavalcanti Maia, exemplo de dedicação à Casa, processualista exemplar e examinador de inúmeros concursos da Procuradoria, promovemos o Ciclo de Estudos de Direito Processual Civil, no qual tivemos as conferências dos professores Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, Sérgio Bermudes e Leonardo Greco e do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

Destaco, entre as atividades do Centro de Estudos, que o nosso Programa de Residência Jurídica encontra-se consolidado, servindo de exemplo para a criação de programas congêneres em diversas instituições jurídicas no país.

Outra conquista, que devo enaltecer, foi a abertura ao público, nos últimos dias do ano, da Biblioteca Octavio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, recebida em doação feita por Antônio Gabriel de Paula Fonseca Junior. O elegante espaço e a preciosíssima coleção que ora se encontra à disposição de todos representam um ganho para toda a sociedade e denotam a contribuição que podemos oferecer para a preservação da memória literária e da história do Rio de Janeiro e do Brasil. Fica aqui o convite aos leitores para que venham conhecê-la.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2011.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES

Procuradora-Geral do Estado